

As novas centralidades comerciais e de serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS¹

Paulo Roberto Rodrigues Soares

Anderson Müller Flores

INTRODUÇÃO

O território das metrópoles, com sua topografia social, sua sinergia econômica e como “maquinaria política” está novamente na agenda teórica (acadêmica) e política (ROY, 2009). A emergência de uma nova morfologia das metrópoles mundiais é resultado da ampla reestruturação política, econômica e social do capitalismo no final do século XX. A “transição pós-metropolitana” é um longo processo de “implosão-explosão na escala” da metrópole e “uma extraordinária transformação de grande alcance do espaço urbano tanto de dentro-para-fora como de fora-para-dentro” (SOJA, 2000, p. 152).

Na contemporaneidade, as metrópoles caracterizam estruturas socioespaciais complexas e policêntricas. A nova configuração metropolitana é resultado da reestruturação intraurbana e urbano-regional provocada pelo desenvolvimento do capitalismo mundializado e flexível. A reestruturação econômica, as mudanças socioculturais e os impactos das redes sociotécnicas de informação e comunicação incidem na produção do espaço, tanto nas formas espaciais existentes, como nas resultantes. O processo não é recente, em meados da década 1990, a década da “reestruturação neoliberal”, H. K. Cordeiro (1993) indicava que o alcance global das empresas requeria “uma rede de serviços avançados, uma infraestrutura material, um conjunto de facilidades de comunicação e um meio social associado aos centros de prestígio” que só poderiam estar situados nas metrópoles².

1 A pesquisa faz parte do projeto **A Cidade-região de Porto Alegre: análise da desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul**, desenvolvido junto ao **Laboratório do Espaço Social (LABES)**, do Departamento de Geografia da UFRGS e ao **Observatório das Metrôpoles**, núcleo Porto Alegre. O acadêmico de Geografia da UFRGS Anderson Müller Flores participa da pesquisa como bolsista PROBIC/FAPERGS.

2 Este artigo está baseado nas análises de Manuel Castells, Peter Hall e Giuseppe Campos Venuti, reunidos na coletânea da Revista *Alfoz*, **Metrópolis, territorio y crisis** (VV.AA., 1985).

Contudo, o período atual caracteriza-se por mudanças ainda mais intensas, que aceleram a reestruturação dos espaços metropolitanos, especialmente os conectados à economia global.

É o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Formada por 34 municípios (2015), ela é uma das principais concentrações urbano-industriais do Brasil e do Cone Sul. A metrópole conta com 1,5 milhão de habitantes e a Região Metropolitana, com mais de quatro milhões de habitantes. Sua economia concentra o quarto Produto Interno Bruto metropolitano brasileiro, sendo Porto Alegre o sétimo PIB municipal nacional (IBGE, 2014). A metrópole polariza uma ampla região de influência na Região Sul do Brasil. Considerando a região metropolitana e seu “entorno metropolitano”, temos uma população de 6 milhões de habitantes e 4,25% do PIB brasileiro³.

Assim como outras metrópoles, até o final da década de 1970, a RMPA se organizava no tradicional modelo centro-periferia: uma área metropolitana dividida em metrópole centro industrial e de serviços e cidades industriais ou dormitórios, no seu entorno. As reestruturações do final do século XX resultaram em uma nova organização e num processo de metropolização mais estendido e uma estruturação mais complexa do espaço metropolitano⁴.

A economia metropolitana apresenta predominância do setor de serviços, embora ainda esteja alicerçada em uma forte base industrial. Essa base sofreu impactos com a reestruturação produtiva dos anos 1990, mas permaneceu importante na região metropolitana. As mudanças globais e a transição de modelo de desenvolvimento no Brasil impactaram a região, porém sua base industrial convive com as novas dinâmicas, que mesclam características do “neodesenvolvimentismo” (crescimento econômico das periferias, elevação do padrão do consumo dos setores populares) com o “neoliberalismo periférico” (fortalecimento do mercado como determinante na produção do espaço, especialmente a produção habitacional, segregação dos espaços populares na periferia urbana), estabelecendo a chamada “cidade liberal periférica” (FEDOZZI; SOARES, 2015, p. 363-364).

Considerando a policentralidade como uma das características fundantes da nova morfologia metropolitana, neste capítulo analisamos as novas centralidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Examinamos dois tipos de novas centralidades, com suas características e funções no espaço metropolitano e regional: os **novos centros da metrópole**, destacando-se as novas funções do centro metropolitano tradicional, o novo centro da gestão metropolitana e as novas centralidades; e as **novas centralidades na região metropolitana**, onde algumas cidades superam

³ Sobre o entorno metropolitano ou a “cidade-região” de Porto Alegre, ver Soares e Schneider (2012).

⁴ Para uma análise completa das transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1980-2010, ver FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R. (Orgs.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

as tradicionais características periféricas e também assumem a função de centros comerciais e de serviços importantes.

A COMPLEXIDADE DO ESPAÇO METROPOLITANO

Os impactos “geograficamente desiguais” da mundialização econômica não se limitam às chamadas “cidades globais” ou “cidades mundiais”, mas afetam em diferentes formas, graus e intensidades, todos os lugares do planeta conectados à economia global. A dispersão geográfica das atividades produtivas, a integração da economia global e os serviços que a intensificação das transações requer contribuem para o desenvolvimento de novas e ampliadas funções centrais nas metrópoles (SASSEN, 1998, p. 7). Estes vínculos se dão pelas metrópoles de maior ou menor importância na hierarquia urbana mundial, que desempenham o papel de articuladoras (mediadoras) entre a ordem global e a ordem local. Os atores econômicos que estão (ou são candidatos) no jogo da economia global necessitam das infraestruturas, dos serviços avançados e das conexões disponibilizadas pelos espaços metropolitanos.

Os processos de desconcentração metropolitana e de “metropolização do espaço” produzem uma urbanização regional que remodela a metrópole (pós) moderna. Entendemos a “metropolização do espaço” como a difusão regional da dinâmica metropolitana, formando metrópoles cada vez mais extensas e complexas, vinculada à homogeneização das condições gerais de produção, caracterizadas pelo capital fixo agregado ao território (LENCIONI, 2004). Transita-se, assim, do tradicional dualismo “monocêntrico” centro-periferia para “um sistema de aglomeração policêntrico e conectado”, que se aproxima dos conceitos de cidade-região ou cidade regional (SOJA, 2010, p. 254).

A “metamorfose metropolitana” é o processo pelo qual as transformações resultam em “uma mudança completa na estrutura, função e forma da metrópole” (LENCIONI, 2011, p. 51). Esta metamorfose socioespacial, produto da metropolização do espaço, apresenta diversas características, entre elas a formação de uma ampla região urbana de grande escala territorial e limites imprecisos, dinâmicos e difusos; a redefinição das hierarquias entre as cidades da região; a polinucleação e a ampliação da intensidade e da direção dos fluxos internos na região, tanto entre centro e periferias, como entre os diferentes núcleos e espaços periféricos (LENCIONI, 2011, p. 52).

A nova metrópole contemporânea apresenta, portanto, um grau de complexidade espacial jamais evidenciado. Mudanças intraurbanas combinadas com modificações interurbanas em diferentes níveis e escalas estão produzindo um espaço metropolitano mais amplo e complexo, do qual estamos ainda construindo os referenciais de análise. Entretanto, podemos afirmar que essas mudanças produzem a implosão das velhas centralidades e a construção de novas centralidades intra e perimetropolitanas. Ao mesmo tempo, o capital imobiliário atuante cria novas

periferias, recria e revaloriza setores degradados ou abandonados da metrópole, especialmente os “escombros da cidade industrial” (AMENDOLA, 2000). O substrato dessas mudanças na “mesoescala” é a transformação econômica, a qual está produzindo o que podemos chamar de uma “nova economia metropolitana”.

A NOVA ECONOMIA METROPOLITANA

A nova economia metropolitana está sendo produzida pelas mudanças advindas da transição do capitalismo fordista para a economia do capitalismo flexível e globalizado. Se, por um lado, temos a desconcentração dos espaços industriais, em função das mudanças tecnológicas e das relações sociais de produção, que permitem a dispersão das fábricas, por outro, temos a difusão da economia terciária, dos serviços pessoais e, especialmente, dos serviços às empresas.

Na nova economia metropolitana, algumas indústrias intensivas em força de trabalho permanecem na metrópole, embora predominem nesta as manufaturas de bens de consumo não-duráveis, tipos de indústrias vinculadas à urbanização (construção civil) e às indústrias da economia informacional. Assim, o mercado de trabalho industrial metropolitano combina funções que exigem diferentes níveis de qualificação da mão-de-obra.

No segmento de serviços, além da já mencionada expansão dos serviços pessoais e dos serviços às empresas, se destacam as atividades da economia criativa do capitalismo “cognitivo-cultural”. Entre os serviços avançados (o quaternário?) temos os serviços financeiros, negócios, médicos, educacionais (pesquisa e pós-graduação). Também se incluem, nesse segmento, a indústria cultural, a mídia, a moda, a arquitetura e o *design* de uma variedade de produtos de consumo tangíveis (móveis, objetos, vestuário) ou intangíveis (música, jogos, aplicativos), segmentos marcados por níveis crescentes de competição econômica, principalmente porque a globalização, a financeirização e o neoliberalismo continuam ampliando seu alcance espacial, colocando em confronto os territórios (SCOTT, 2012, p. 20).

A reestruturação da indústria metropolitana está vinculada aos sistemas “pós-fordistas” de industrialização flexível, os quais contam com o uso intensivo de informação associada à desintegração vertical da produção e à reaglomeração espacial de empresas em novos *clusters* ou distritos industriais. A participação dessa indústria na economia globalizada leva à formação de redes de produção e cadeias de valor globais, que, por sua vez, produzem novas hierarquias entre as regiões urbanas globais (as “cidades-regiões globais”), as quais tendem a interatuar cada vez mais na escala transnacional, relacionando-se mais entre si do que com as economias regionais na sua hinterlândia ou nacionais tradicionais (SOJA, 2010, p. 215).

A combinação “dispersão concentrada” ou “concentração difusa” e a integração das atividades econômicas contribuem para novas e ampliadas funções centrais das

metrópoles. As indústrias *stricto sensu*, bem como as empresas *lato sensu*, necessitam dos serviços alocados na metrópole para realizarem suas tarefas, especialmente para competirem em um amplo e aberto mercado mundial. As metrópoles concentram, portanto, as funções de apoio, gestão e comando, a “produção pós-industrial”, os mercados financeiros e os serviços especializados.

A nova onda de expansão do terciário relaciona-se também com o processo de acumulação urbana na metrópole. Um número maior de novas atividades compete por localizações privilegiadas. O capital imobiliário entra no jogo produzindo novos espaços de centralidade, seja em áreas novas, normalmente ao longo dos eixos transporte e comunicação, seja em setores revalorizados pela gentrificação. Os velhos espaços industriais, os bairros consolidados da metrópole, são os âmbitos urbanos preferidos para a localização de muitas atividades do capitalismo cognitivo cultural, uma vez que estas “nutrem-se” da heterogeneidade social e da diversidade cultural da metrópole, mais pronunciada em seus espaços interiores (a “*inner city*”), do que nas homogêneas velhas e novas periferias⁵.

AS NOVAS CENTRALIDADES NAS METRÓPOLES

Entre os diversos temas da multifacetada questão urbana e metropolitana, o debate sobre a forma urbana policêntrica, tanto para as cidades, como para as metrópoles e cidades-regiões, ganhou força na academia nas últimas décadas. Como apontam Kloosterman e Musterd (2001, p. 623): “o policentrismo, ou a existência de múltiplos centros em uma determinada área, parece estar se convertendo em uma das características definidoras da paisagem urbana nas economias avançadas”.

Como a globalização econômica tende a aproximar os processos socioespaciais e, especialmente, os processos de produção do espaço, consideramos que essa também já se configura como uma tendência nas metrópoles latino-americanas. Segundo Fernández-Maldonado *et al.* (2009, p. 134), apesar das diferenças com a América do Norte, evidencia-se o crescimento do número de estudos dedicados ao tema nos estudos urbanos latino-americanos. Estes relacionam a emergência dos subcentros nas metrópoles latino-americanas a três questões: 1) ao crescimento espacial das áreas metropolitanas; 2) à dinâmica da população metropolitana e seus resultados espaciais; e 3) às mudanças que se produzem na indústria, no comércio e nos serviços. Consideramos que as três questões estão relacionadas e fazem parte do processo de reestruturação econômica e socioespacial que estamos analisando.

⁵ Uma exceção são os espaços periféricos privilegiados localmente (periferia social, porém não geográfica *strictu sensu*, tal como favelas, zonas marginais e bairros operários centrais, onde as relações de proximidade com o Centro (político, econômico e cultural) produz um efeito de transferência cultural do qual a “economia criativa” tende a se alimentar).

Para iniciarmos a tratar especificamente das novas centralidades urbanas, buscamos em diferentes fontes um conceito sintético e compreensivo para a “qualidade ou situação do central” ou do “atributo ou característico do que é central”⁶. Assim, segundo o *Diccionario Urbano* (BENAVIDES SOLÍS, 2009), a centralidade é

o produto histórico cumulativo da concentração e centralização em um lugar da cidade de múltiplos elementos da vida social e seus suportes materiais específicos: intercâmbio mercantil, atividades políticas, administrativas e ideológicas, de lugares de gestão do capital em todas as suas frações, de condições gerais da reprodução da dominação político-ideológica (p. 29).

Ainda segundo o autor:

Com o desenvolvimento histórico das cidades a centralidade se expande, perde seus limites e se faz difusa na medida que reproduz esta combinação de elementos ao longo dos principais eixos viários. Ao mesmo tempo surgem novas concentrações de elementos em outros lugares da aglomeração e que reproduzem as características da centralidade primaz. Nas grandes cidades encontramos múltiplas centralidades hierarquizadas, escalonadas, dependentes, porém difusas e sem limites precisos (p. 29).

No *Dictionnaire de la Geographie et de L'espace des sociétés*, o geógrafo italiano G. Dematteis define a centralidade em dois sentidos: no sentido estrito como “posição de central de um lugar ou de uma área no espaço” e, no *lato senso*, como a “capacidade de polarização do espaço e de atratividade de um lugar ou de uma área que concentra atores, funções e objetos”. Para o autor:

O conceito apresenta uma larga gama de significados que se situam entre um sentido literal e simples que denota a posição geométrica central de um lugar em um espaço determinado, e um sentido ampliado que remete à capacidade de um lugar que concentra homens e atividades de polarizar um espaço mais ou menos vasto (2003, p. 139).

Em Geografia, a centralidade de um lugar verifica-se verdadeiramente quando associamos à sua posição no espaço físico a medida da influência das potencialidades e das funções localizadas neste mesmo lugar e quando se consideram os gradientes (graus) e os “campos” que se produzem e se dispõem no espaço (2003, p. 130).

A centralidade é uma característica essencial do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 1980, p.122). Segundo Lefebvre, a centralidade não é indiferente ao que reúne, necessitando de um conteúdo. Para o autor, a cidade é produtora e consumidora e reúne todos os elementos da produção: matérias-primas, meios de produção, mercadorias, força de trabalho. Ela agrupa todos os mercados: de produtos, de

⁶ Segundo os dicionários Michaelis e Houaiss, respectivamente.

capitais, o mercado de trabalho, o mercado do solo, os mercados locais, regionais, nacionais e globais e o mercado de signos e símbolos (o mercado da cultura). Nesse agrupamento de mercados, a cidade centraliza, cria uma situação urbana para a qual fluem todos esses elementos (LEFEBVRE, 1980, p.123).

A forma urbana para Lefebvre é essa simultaneidade, a congregação de todos os conteúdos da natureza, da indústria, das técnicas, da cultura, centralizados no espaço. A forma urbana possui uma tendência à centralidade, à formação do “centro decisório” e à centralização do Estado. Mas também, dialeticamente, apresenta a tendência à policentralidade, à implosão-explosão do centro e à constituição de diferentes centros, concorrentes e complementares entre si (LEFEBVRE, 1980, p. 126).

Dos conceitos apresentados, concluímos que o centro e as centralidades fazem parte da estratégia de constante valorização do espaço, sendo imprescindíveis para o funcionamento da sociedade. A centralidade se origina da “escassez do espaço”, convertido em “raridade”, e da tendência de construir centros de decisão que reúnem sobre um território restrito “os elementos constitutivos da sociedade” (LEFEBVRE, 2013[1974], p. 367). Assim, as centralidades se fazem e se desfazem conforme as necessidades de valorização de determinadas porções do espaço urbano. É o caso dos centros históricos. Ricos e cheios de história, acumulam símbolos e a memória da sociedade (mesmo que principalmente das suas classes dominantes), valorizados em um determinado momento, moradia das elites e governantes. Posteriormente se desvalorizam ao serem “invadidos” e ocupados pelas classes populares. As elites se afastam e produzem seus novos centros, reproduzindo a centralidade comercial e de serviços. O centro do poder, o centro cultural, centralidades fortemente simbólicas, tendem a se manter no seu sítio histórico.

“A centralidade se desloca” (LEFEBVRE, 2013, p. 366). A nova onda de expansão dos serviços, a desconcentração metropolitana, a difusão urbana e a extensão e dispersão dos espaços produtivos e habitados contribuem para a produção das novas centralidades metropolitanas. Com as novas tecnologias de informação, “as mesmas funções podem ser encontradas por todo o lado”, logo as funções centrais podem ser encontradas “na antiga periferia” (CACCIARI, 2010, p. 54). Para Cacciari (2010), estamos habitando, circulando e trabalhando por “territórios indefinidos” que, no entanto, não prescindem das polaridades e centralidades. Embora, com a reestruturação e flexibilização, as empresas desconcentrem (de forma concentrada) suas localizações por um território metropolitano amplificado, essas ainda necessitam de nós de referência no espaço, de centralidades. E mesmo as funções centrais do terciário avançado (já chamado de “quaternário”) tendem a se aproximar, visando capturar sinergias, *plus valias* e vantagens de aglomeração.

A metrópole congrega distintas populações: residentes, trabalhadores pendulares, usuários frequentes e usuários ocasionais – trabalhadores, turistas, clientes, consumidores – dos serviços (PERULLI, 1995). Ou seja, os que vivem e

trabalham na metrópole, os que vivem na metrópole e trabalham em outras cidades, os que vivem em outras cidades e trabalham na metrópole e os que buscam os seus serviços.

Essa diversidade de atividades e usuários, mais o alcance e a amplitude da nova economia metropolitana, produzem a necessidade de diferentes centralidades. Novos centros são produzidos na metrópole, mantendo-se, entretanto, as centralidades existentes. Segundo Lencioni “essa multicentralidade apresenta uma hierarquia segundo o grau de internacionalização das atividades que nelas se desenvolvem” (2008, p. 14). A multicentralidade contém o centro tradicional, as áreas de serviços avançados e os subcentros da metrópole e da região metropolitana.

AS NOVAS CENTRALIDADES NA PERIFERIA METROPOLITANA

Desse modo, na nova forma e economia metropolitanas, os centros de comércio e serviços da periferia metropolitana estão experimentando um novo ciclo de crescimento, recebendo novos equipamentos comerciais, que se configuram como novas centralidades. Essa configuração é resultante de um maior dinamismo econômico dos “subcentros periféricos”, com a ampliação do mercado de trabalho local, especialmente para os setores médios. Tal dinamismo gera, ainda, uma economia, tanto formal quanto informal, de serviços de média e baixa qualificação dirigidos para esses setores (LAGO, 2010).

Os dados oficiais referentes às atividades econômicas nos municípios metropolitanos apontam para uma forte desconcentração da indústria e uma relativa desconcentração dos serviços para fora dos núcleos centrais das metrópoles. O fenômeno não é exclusivo da RMPA. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi observado que “as alterações na configuração socioespacial da metrópole indicam, ao mesmo tempo, uma descentralização socioeconômica em direção a determinados municípios periféricos e a reprodução, em menor escala, das desigualdades nas condições urbanas de vida” (LAGO, 2010, p. 189).

Essa “emergência da periferia” é resultado do ciclo de crescimento econômico que durou (com algumas flutuações) um decênio nesse início de século XXI (2004-2013). Nesse período, que alguns economistas consideram “neodesenvolvimentista”, houve crescimento da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional, ampliação da taxa de ocupação (queda do desemprego) e da taxa de formalização da força de trabalho e drástica diminuição da pobreza absoluta (POCHMANN, 2012). Acrescentemos, ainda, um forte investimento público em infraestruturas (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), a expansão do mercado habitacional por meio de financiamento público (Programa Minha Casa Minha Vida) e privado, e uma série de políticas sociais (expansão do ensino técnico e universitário públicos, por exemplo).

A combinação das políticas sociais e de crescimento econômico provocou um movimento ascendente na “base da pirâmide social” brasileira. Os meios de comunicação e o próprio governo trataram de anunciar o crescimento da “classe média brasileira”. Particularmente discordamos dessa definição e preferimos as análises que apontam para o reconhecimento da expansão da base trabalhadora formalizada no país⁷.

De qualquer maneira, esse movimento atingiu as periferias metropolitanas, com o crescimento dos negócios e de uma economia popular, bem como com a expansão do consumo de bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos) e não-duráveis. A formalização da força de trabalho e a expansão do crédito levaram inclusive a grandes redes nacionais de distribuição a instalar filiais em setores mais privilegiados em termos de acessibilidade de bairros periféricos. Fomentou-se, assim, o surgimento de novos subcentros nos principais municípios das periferias metropolitanas.

Igualmente grandes equipamentos comerciais (*shopping centers*, hipermercados) também se instalaram, atraindo para o seu entorno novos empreendimentos comerciais e imobiliários. Completa-se, assim, o movimento para a formação de novas centralidades metropolitanas.

AS NOVAS CENTRALIDADES DA METRÓPOLE DE PORTO ALEGRE

Ao analisarmos a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), estamos preocupados com a extensão do fenômeno metropolitano, tendo como epicentro a metrópole de Porto Alegre e suas diversas centralidades: as centralidades constituídas para servir a população e a economia da metrópole, da região metropolitana e de outras regiões polarizadas pelos serviços que essa oferece. Essa polarização vai mais além dos contornos legais da Região Metropolitana.

Evidentemente, temos como horizonte de referência a Região Metropolitana institucional, embora consideremos que existam continuidades e descontinuidades entre a metropolização como processo e a metropolização oriunda de uma ferramenta de gestão político-territorial. A Região Metropolitana de Porto Alegre foi institucionalizada em 1974, então formada por quatorze municípios, sendo que, atualmente, a RMPA é formada por 34 municípios. Muitos destes estão um tanto apartados da real dinâmica de fluxos econômicos e pendulares metropolitanos, embora este afastamento não necessariamente tenha correspondência com a distância do núcleo metropolitano. Por outra parte, outros centros urbanos, e até mesmo aglomerações urbanas situadas no entorno metropolitano, estão mais conectados à dinâmica metropolitana do que alguns pequenos centros urbanos que fazem parte da região metropolitana oficial. Apresentamos, enfim, as centralidades metropolitanas.

⁷ Não concordamos com o conceito mercadológico de “Classe C” ou “Nova Classe Média”. Preferimos a análise já citada de Pochmann (2012) e os estudos de Souza (2010).

Começamos pelo centro tradicional, o centro histórico de concentração comercial, de serviços, financeiro e político-administrativo da cidade, o qual, entre os anos 1960 e 1980, sofreu um intenso processo de verticalização e densificação, quando assumiu definitivamente suas feições metropolitanas. Hoje o centro tradicional suporta um processo de desvalorização com a perda de funções econômicas de maior prestígio para os “novos” centros da cidade. Cabe salientar que o próprio Plano Diretor estimulou as novas centralidades em Porto Alegre ao definir, no “modelo espacial”, uma cidade “policêntrica e descentralizada”, favorecendo os investimentos comerciais e de serviços nos “pólos e corredores de comércio e serviços”, ou “corredores de centralidade” (PDDUA, 1999)⁸.

Os novos centros se localizam em bairros de classe média alta (notadamente o bairro Moinhos de Vento) que, já nos anos 1970, passaram a concentrar um comércio mais sofisticado. A partir da segunda metade dos anos 1980, essa centralidade passa a sofrer a concorrência dos *shopping centers*⁹. Outras centralidades tradicionais da metrópole são os corredores comerciais da avenida Assis Brasil (zona norte), Protásio Alves (centro-leste) e a avenida Azenha (na conexão centro, bairros populosos da zona leste), bem como outros corredores comerciais secundários.

Na atualidade, a nova centralidade metropolitana localiza-se na **avenida Terceira Perimetral** (avenida Carlos Gomes). Situada em um trecho de aproximadamente dois quilômetros entre o eixo centro-norte de Porto Alegre, a avenida conecta o Aeroporto com a Zona Sul da capital gaúcha. No seu entorno, se encontram bairros com elevado poder aquisitivo que concentram parte importante das famílias de maior renda da cidade (Quadro 1).

Essa centralidade configura-se como o novo eixo de concentração dos serviços financeiros e empresariais da metrópole. É nessa avenida que se constroem os novos edifícios corporativos e centros empresariais. É um setor de ampla valorização e de investimentos por parte do capital imobiliário, sendo uma das fronteiras de expansão da metrópole. Aqui se localizam os serviços de conexão da metrópole com a economia global¹⁰.

Ao longo de seus dois quilômetros, a avenida Carlos Gomes possui dois eixos com características de dinâmica espacial, econômica e social. O primeiro quilômetro, entre o seu início na esquina com a avenida Plínio Brasil Milano até a avenida Dr. Nilo Peçanha, compreende quatro bairros e uma maior concentração de serviços: imobiliárias, bancos, farmácias, revendas de automóveis etc.

⁸ Porto Alegre. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental**, Lei Complementar nº 434/1999. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/pddua.htm>>. Acesso em: 27 fev. de 2015.

⁹ O Shopping Iguatemi, inaugurado em 1983, foi o primeiro grande *shopping center* de Porto Alegre.

¹⁰ Sobre a Terceira Perimetral (especialmente a avenida Carlos Gomes), ver o trabalho de Campos (2012).

Quadro 1: Porto Alegre: Bairros do entorno da Avenida Carlos Gomes (III Perimetral)

Bairro	Renda Média (salários mínimos)	População	% do total
Auxiliadora	8,95	9.683	0,69
Bela Vista	16,11	10.180	0,79
Boa Vista	11,42	8.750	0,62
Chácara das Pedras	11,94	6.668	0,47
Moinhos de Vento	15,04	7.264	0,52
Mont'Serrat,	11,07	11.236	0,80
Petrópolis	9,97	38.155	2,71
Três Figueiras.	16,85	4.070	0,29
Porto Alegre	12,50	1.409.351	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Observapoa) e IBGE (Censo 2010).
Elaboração própria.

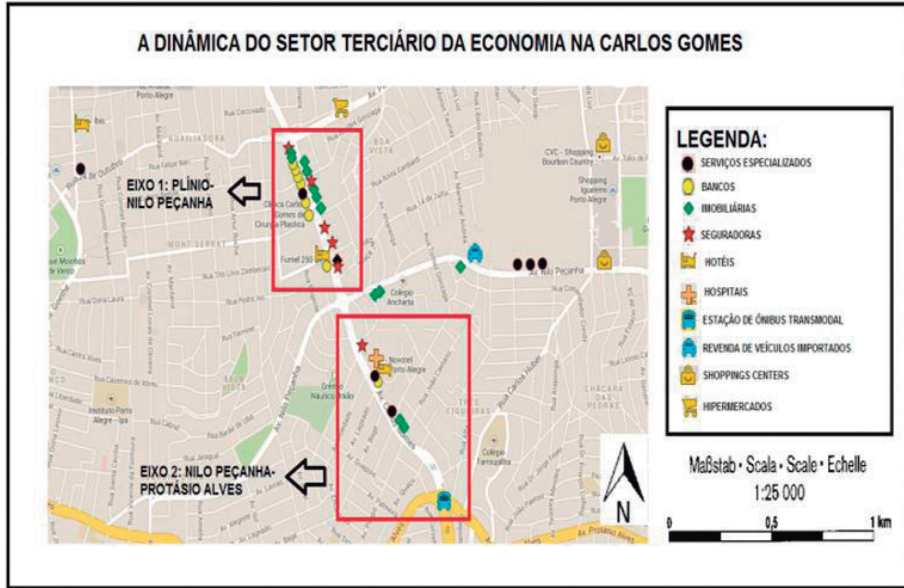
O segundo trecho se estende entre a avenida Dr. Nilo Peçanha e a avenida Protásio Alves, uma das principais avenidas radiais da cidade, que conecta a zona central com a zona leste e os municípios metropolitanos de Alvorada e Viamão. Neste eixo, localizamos uma menor concentração das atividades terciárias “modernas” e um pequeno núcleo de centralidade no encontro com a avenida Soledade, onde se encontra um centro empresarial, um hotel e um centro médico, todos de alto padrão. A figura 1 demonstra a dinâmica do Setor Terciário na avenida Carlos Gomes (III Perimetral), em Porto Alegre.

O processo de coesão verificado é consequência da especialização de uma área e é na avenida Carlos Gomes onde notamos a presença do setor terciário moderno, com o estabelecimento de um eixo coeso com a participação de bancos, imobiliárias, seguradoras, consórcios, bancos de investimentos e hotéis vinculados ao chamado “turismo de negócios”.

O capital imobiliário é um dos constituidores dessa nova centralidade. Por ser uma nova centralidade econômica, o estabelecimento de centros empresariais com locações e vendas para escritórios são um marco para a referência dessa localização na cidade. O *boom* econômico e empreendedor do capital imobiliário nesse eixo da Terceira Perimetral aumentou consideravelmente pós anos 2000, a partir da articulação entre investimentos públicos e investimentos privados. Por um lado, o poder público dotou a avenida de uma infraestrutura moderna e adequada para os fluxos de capitais. Por outro, o capital imobiliário não se limita a construir edifícios: é preciso que eles sejam “icônicos” na paisagem urbana, demarcando a presença dos capitais avançados na paisagem metropolitana.

A Terceira Perimetral apresenta, ao todo, 25 edifícios empresariais (segundo contagem do trabalho de campo), os quais recebem diferentes denominações: centro empresarial, centro profissional, centro comercial, *business center*, *offices* etc. Além

Figura 1: Dinâmica do Setor Terciário na avenida Carlos Gomes.



Fonte: trabalho de campo. Elaboração Anderson Müller Flores (2014).

destes, encontramos mais três empreendimentos fora da avenida Carlos Gomes, mas evidentemente agregados à sua dinâmica, como o *Trend Nova Carlos Gomes* na avenida Senador Tarso Dutra (continuação Sul da avenida Carlos Gomes) e o edifício *Carlos Gomes Center* na avenida Soledade, que forma um conjunto com o *Mãe de Deus Center* (centro médico privado de alta complexidade) e ao *Novotel*. A maioria destes prédios empresariais concentram-se bem distribuídos por todo o eixo da avenida Carlos Gomes, conforme a Figura 2.

AS NOVAS CENTRALIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

O processo de desconcentração metropolitana tem favorecido o crescimento do comércio e dos serviços nos municípios metropolitanos, especialmente os mais populosos e de economia mais dinâmica. Se, em um primeiro momento (décadas de 1970 e 1980), a expansão metropolitana se produziu pelo transbordamento da mancha urbana e pelo deslocamento da indústria, hoje a desconcentração também se produz pela desconcentração dos serviços.

A nova economia metropolitana se caracteriza por um incremento da participação dos serviços no Produto Interno Bruto da metrópole e do conjunto da Região Metropolitana. Em 2000, o setor terciário participava com 84,90% do

Figura 2: Centros empresariais na avenida Carlos Gomes (e adjacências).

Fonte: trabalho de campo. Elaboração Anderson Müller Flores (2014).

PIB de Porto Alegre e 65,10% do PIB da Região Metropolitana. Já em 2010, esta participação passou para 84,36% em Porto Alegre e 68,35% na região metropolitana. Enquanto isso, a participação da indústria no PIB da Região Metropolitana recuou de 28,49% (2000) para 27,22% (2010)¹¹. Com relação aos principais municípios da Região Metropolitana, apresentamos, no Quadro 2, os seguintes dados:

Quadro 2: RMPA: Estrutura do Produto Interno Bruto de Municípios Selecionados

Município	PIB Industrial (%)		PIB Comércio e Serviços (%)	
	2000	2010	2000	2010
Porto Alegre	15,10	15,58	84,90	84,36
Canoas	46,40	37,71	53,60	62,26
Gravataí	47,10	56,53	52,40	43,20
Novo Hamburgo	37,60	28,93	62,20	70,69
São Leopoldo	29,20	33,49	70,80	66,44
RMPA	28,49	27,72	65,10	68,35

Fonte: FEE e IBGE. Elaboração própria.

¹¹ No município de Porto Alegre, a indústria aumentou sua participação no PIB de 15,10% (2000) para 15,58% (2010). Este crescimento se deve ao setor da construção civil, o qual tem grande desenvolvimento na metrópole a partir de 2004. Os dados do Produto Interno Bruto deste trabalho foram consultados na Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul e no IBGE.

Observamos um crescimento geral da importância do setor terciário na economia metropolitana e um decréscimo do peso da economia industrial *stricto sensu*. Salientamos a indústria “*stricto sensu*”, pois reconhecemos que parte do crescimento da economia dos serviços deriva-se do próprio processo de reestruturação produtiva da indústria. A indústria, na era da “acumulação flexível”, demanda uma série de serviços (consultoria, financeiros, logística, meio ambiente) que se desenvolvem no espaço interior da metrópole e também da região metropolitana. Alguns dos principais municípios da RMPA (Canoas e Novo Hamburgo) apresentaram crescimento do setor terciário. Outros como Gravataí, São Leopoldo e Viamão também apresentaram crescimento das atividades terciárias, porém como receberam grandes implantações industriais no período, a importância destas afetou os dados do PIB municipal¹².

A Região Metropolitana de Porto Alegre concentra 37% da população do Estado e participa com 44% do PIB e com 42,05% do consumo estadual. Nesse sentido, Porto Alegre participa com 45,4% do consumo da RMPA e 19,09% do consumo estadual. Outros municípios com potencial de consumo importante na RMPA são Canoas, Novo Hamburgo, Gravataí, São Leopoldo e Viamão (Quadro 3). São estes que tendem a desenvolver os serviços em seus centros urbanos.

Quadro 3: Região Metropolitana de Porto Alegre: principais municípios por participação no PIB e no consumo (2010)

Município	PIB (%)	Consumo (%)
Porto Alegre	38,85	45,40
Canoas	14,94	7,39
Gravataí	6,39	5,39
Novo Hamburgo	4,87	5,55
São Leopoldo	3,72	4,79
Cachoeirinha	3,94	2,69
Sapuçaia do Sul	2,09	2,65
Viamão	2,00	4,50
Total	76,80	78,36
Demais municípios	23,20	21,64
RMPA/RS	43,87	42,05

Fonte: FEE e IPC Marketing. Organização Anderson Müller (2014).

Na RMPA, o consumo é mais concentrado que o PIB, pois Porto Alegre tem grande participação no consumo. É na metrópole que se encontram os maiores equipamentos de consumo (*shopping centers*) e o comércio suntuoso (artigos de luxo, carros e motos importados, barcos e iates). Retirando esse dado, destacamos os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo como grandes centros de consumo,

¹² Gravataí (General Motors), São Leopoldo (TECNOSINOS – Polo Tecnológico do Vale do Sinos), Viamão (AMBEV).

já que sua participação nesse indicador é maior que a participação no PIB. Viamão e Alvorada também se destacam, mas por motivos diferentes: neste caso, sua baixa participação no PIB é compensada pela sua grande população (239 mil e 195 mil habitantes, respectivamente¹³). Outro exemplo de desconcentração dos serviços, são as agências bancárias: das 763 agências da Região Metropolitana, a capital concentra 450 (59%). Outros municípios que se destacam como praças bancárias são Canoas (50), Novo Hamburgo (44), São Leopoldo (29) e Gravataí com 22 agências (IBGE, 2014).

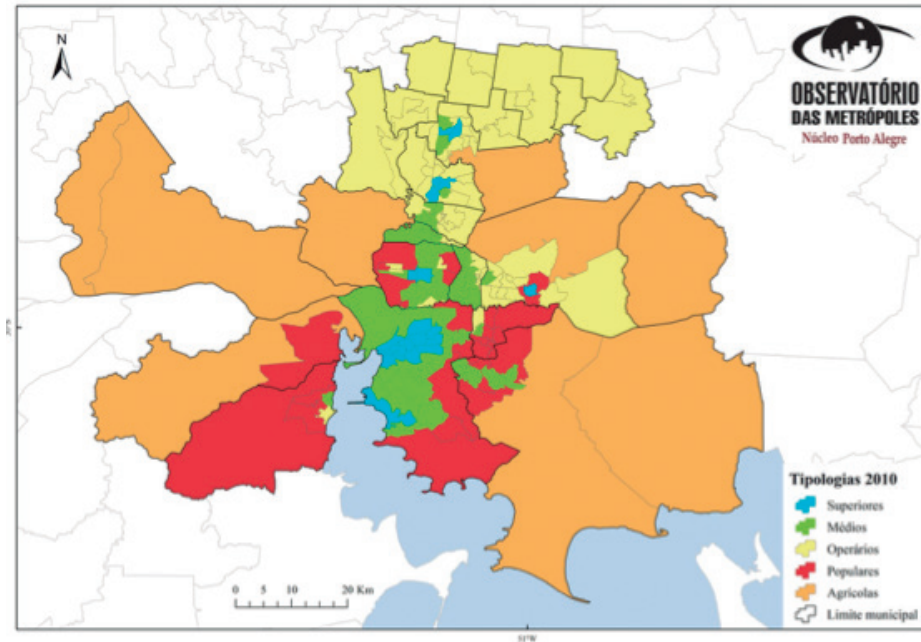
A desconcentração dos serviços ocorre em um período de mudanças econômicas, esta não se dá somente nos moldes “tradicionais” de expansão (concentração comercial e de serviços nos centros urbanos), mas também é apoiada nas novas centralidades produzidas pelo capital comercial (associado aos capitais imobiliário e financeiro), no caso os *shopping centers* e as grandes superfícies comerciais (hipermercados, centros especializados, principalmente móveis e materiais de construção) que agora se expandem pela região metropolitana. A Figura 3 apresenta as “tipologias socioespaciais” da RMPA em 2010. Pelo mapa, podemos observar que Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas e Gravataí já apresentam setores com presença de estratos superiores e médios na sua estrutura socioespacial. Estes tendem a se localizar nos setores de maior centralidade, com acesso a infraestruturas e equipamentos urbanos.

Já as figuras 4 e 5 expressam alguns dados de consumo entre os municípios da Região Metropolitana. Observa-se, pela figura 4, que o poder de consumo se encontra desigualmente distribuído, sendo Porto Alegre e Dois Irmãos os municípios com maior poder de compra e os municípios mais periféricos da RMPA com tendência a apresentarem um menor consumo *per capita* entre seus habitantes.

No comparativo do volume de consumo com o PIB Municipal (Figura 5), alguns municípios se destacam por apresentarem um consumo muito maior do que o PIB nominal. É o caso dos já citados Viamão e Alvorada, mas também de outros municípios mais periféricos da RMPA. Canoas e Triunfo, com seu elevado PIB, apresentam consumo inferior ao PIB nominal, o que pode ser explicado também pelo reduzido setor terciário em Triunfo e pela proximidade da capital, que retira parte do consumo de Canoas.

No caso dos municípios que registraram aumento do setor comercial e de serviços, se destacam ainda as “grandes superfícies comerciais”, entre as quais incluímos neste artigo os *shopping centers*, os hipermercados, os atacados e as grandes lojas de materiais de construção. Estas grandes superfícies, devido a sua localização junto aos grandes eixos de comunicação da Região Metropolitana, à grande concentração

13 Segundo o Censo 2010 do IBGE.

Figura 3: Região Metropolitana de Porto Alegre: Tipologias Socioespaciais (2010)*.

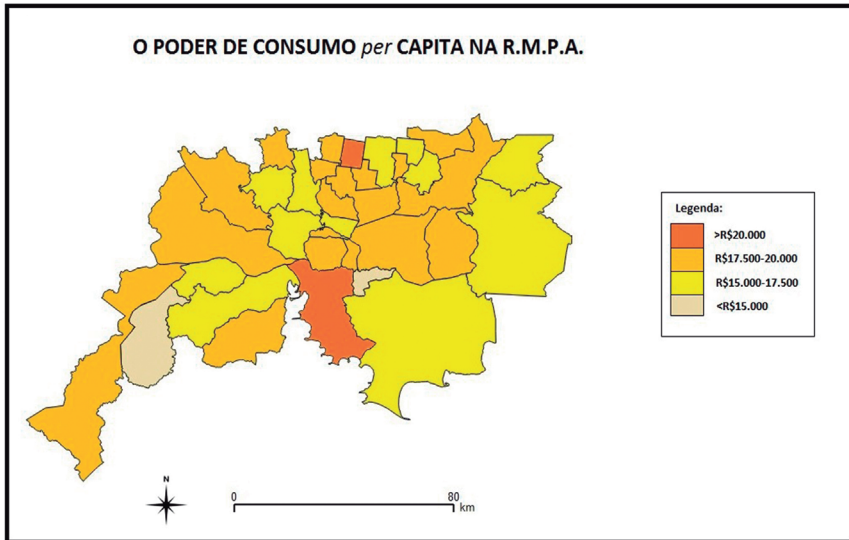
Fonte: MAMMARELLA *et al.* In: FEDOZZI; SOARES, 2015, p. 173.

comercial que geram e ao poder de atração e valorização comercial e de serviços no seu entorno, estão constituindo as **novas centralidades metropolitanas**.

Na metrópole, a presença dessas grandes superfícies já é consolidada. Desde o primeiro *shopping center* (1983) até a atualidade, já são mais de quinze empreendimentos desse tipo na capital gaúcha, a qual conta ainda com implantações de menor porte, centros comerciais, que adotam a denominação de “*shopping*”. Estes são os novos espaços de consumo metropolitanos, os quais provocaram a perda de posição do centro comercial tradicional no total de consumo da metrópole. Aos *shopping centers* devemos ainda agregar outras grandes superfícies comerciais: os hipermercados, os atacados e as grandes lojas de materiais de construção. Com relação aos dois primeiros tipos, na região metropolitana de Porto Alegre temos a presença de três grandes corporações, duas multinacionais (Walmart e Carrefour) e uma de capitais locais (Cia. Zaffari), a qual já apresenta importância nacional. Na

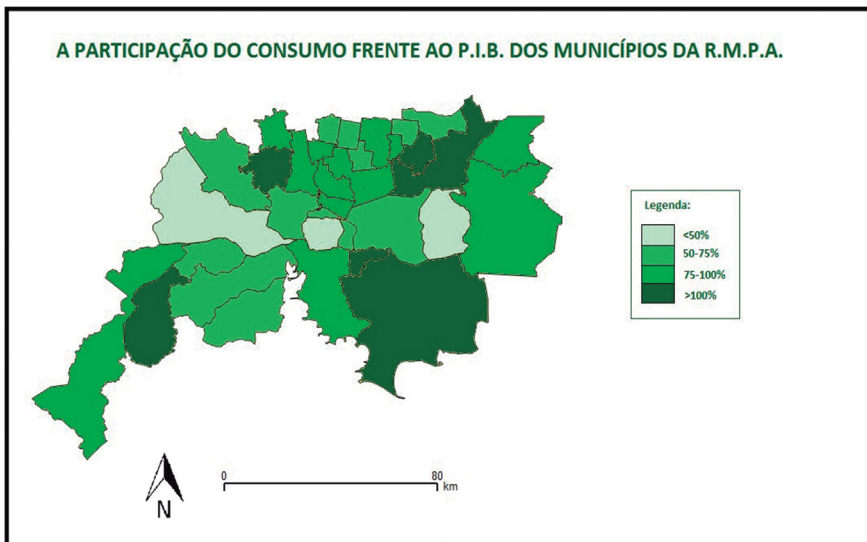
* Por questões metodológicas explicadas pelos autores do trabalho, não estão representados os municípios de Taquara, Montenegro, Capela de Santana, Santo Antônio da Patrulha, Charqueadas, Arroio dos Ratos e São Jerônimo.

Figura 4: Consumo *per capita* na Região Metropolitana de Porto Alegre.



Fonte: Dados FEE e IPC Marketing. Elaboração Anderson Müller Flores (2015).

Figura 5: Relação Consumo/PIB na Região Metropolitana de Porto Alegre.



Fonte: Dados FEE e IPC Marketing. Elaboração Anderson Müller Flores (2015).

capital, a presença maior destes grandes equipamentos comerciais é na Zona Norte, no eixo das avenidas Assis Brasil e Sertório. Esse vetor comercial apresenta forte relação com a região metropolitana, já que é contíguo a várias cidades conurbadas com a capital (Canoas, Cachoeirinha, Gravataí e Alvorada), que congregam quase um milhão de habitantes.

Na Região Metropolitana, os novos espaços de consumo também marcam presença. Quase todos os grandes municípios já possuem o “seu” *shopping center*, ou empreendimentos em construção. As grandes redes de distribuição já citadas também estão presentes nesses municípios com seus hipermercados e atacados. Além destes, as grandes lojas de materiais de construção ganham importância em um período de intensa atividade da construção civil nas periferias urbanas, como já analisamos.

No total, encontramos mais de vinte *shopping centers*, além de três em construção, dezesseis hipermercados, oito grandes atacados e dez grandes lojas de material de construção. A capital é a principal localização das grandes superfícies comerciais, mas os principais municípios metropolitanos também possuem esses empreendimentos. O Quadro 4 resume a presença dessas atividades na RMPA¹⁴.

Quadro 4: RMPA- Novos Espaços de Consumo em Municípios Selecionados*

Município	Shopping-Center	Hipermercado	Atacado	Grandes Lojas
Porto Alegre	15	6	4	5
Canoas	3	2	1	1
Gravataí	1**	2	1	-
Novo Hamburgo	1	1	1	-
São Leopoldo	1	1	1	2
Cachoeirinha	1	1	-	-
Esteio	-	1	-	-
Sapucaia do Sul	-	-	1	-
Viamão	1**	1	-	1
Alvorada	1**	1	-	1
RMPA	24	16	9	10

* Está projetada a construção de dois hipermercados do Grupo Zaffari em Gravataí e São Leopoldo. Os mesmos terão a marca “Power Center” e além do hipermercado e lojas satélites contarão com grande lojas de materiais de construção. Para Gravataí também está em construção uma loja do Destro Atacado (rede paranaense de atacados).

** em construção. Obs.: alguns shopping centers comportam hipermercados no seu empreendimento.

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

¹⁴ O município de Sapiranga, no Vale do Sinos também possui uma hipermercado da marca BIG (Wall Mart). Está projetada a construção de dois hipermercados do Grupo Zaffari em Gravataí e São Leopoldo. Os mesmos terão a marca “Power Center” e, além do hipermercado e lojas satélites, contarão com grandes lojas de materiais de construção. Para Gravataí, também está em construção uma loja do Destro Atacado (rede paranaense de atacados).

Destacamos a cidade de Canoas, a segunda em população e produto interno bruto na Região Metropolitana, a qual conta com três *shopping centers* (mais um em construção) e Novo Hamburgo, centro comercial e de serviços do norte da Região Metropolitana, a qual polariza a região industrial (coureiro-calçadista, especialmente) do Vale do Rio dos Sinos. Entre outros municípios em destaque, estão São Leopoldo, no Vale do Rio dos Sinos e Gravataí, com grande crescimento econômico desde a implantação da fábrica da General Motors (2000).

O principal eixo de localização das grandes superfícies comerciais é a BR-116, eixo norte-sul da RMPA entre Canoas e Novo Hamburgo. Ao longo desta rodovia, todas as cidades (Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo) apresentam grandes superfícies comerciais, configurando, assim, um eixo descontínuo de novas centralidades na região metropolitana. Mas também no vetor oeste-leste da Região Metropolitana (Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada) já se configura uma concentração de empreendimentos, estando em construção dois *shopping centers*.

Assim, a Região Metropolitana vai se transformando, com uma estrutura socioespacial mais complexa, com outros centros urbanos ganhando importância em termos de comércio e serviços e configurando suas novas centralidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, neste capítulo, alguns aspectos da “metamorfose metropolitana” na Região Metropolitana de Porto Alegre. Esta metrópole e sua região metropolitana inserem-se nas mudanças em curso nas metrópoles mundiais, especialmente quanto à desconcentração metropolitana, dispersão urbana e transição econômica, com mudanças na economia industrial e de serviços.

Na metrópole, produzem-se novas centralidades. Além do centro tradicional, um centro de comércio e de serviços sofisticados, o reforço dos corredores comerciais e a produção de um novo centro de serviços avançados, com forte presença do capital financeiro-imobiliário no seu desenvolvimento. A Terceira Perimetral, no trecho denominado avenida Carlos Gomes e suas adjacências, representa hoje a grande concentração do terciário moderno e superior. Podemos estar diante da formação de um complexo corporativo e de um “grande centro metropolitano”, tal como já foi analisado para o caso de São Paulo (CORDEIRO, 1993).

Na Região Metropolitana, as antigas “cidades-dormitório” tornam-se centros comerciais e de serviços para a população local e, ao mesmo tempo, grandes equipamentos comerciais (*shopping centers*, hipermercados) inserem-se na sua estrutura socioespacial, demarcando novas centralidades urbanas e metropolitanas.

Essas centralidades se articulam e se complementam ao reforçar o papel da metrópole como centro de serviços avançados, não só para a sua região metropolitana, mas para uma ampla rede urbana no sul do Brasil. Elas configuram-

se, assim, um espaço metropolitano mais complexo, com novos vetores de crescimento e valorização, além de novos fluxos que subvertem a pretérita lógica centro-periferia. São as novas centralidades metropolitanas, elementos espaciais “chave” para o entendimento da metrópole contemporânea e de seus desdobramentos socioespaciais futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMENDOLA, G. **La ciudad postmoderna**. Madrid: Editorial Celeste, 2000.

BENAVIDES SOLÍS, J. **Diccionario urbano. Conceptual y transdisciplinar**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

CACCIARI, M. **A cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

CAMPOS, H. A. **Centralidades lineares em centros metropolitanos: a terceira perimetral em Porto Alegre (RS)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

CORDEIRO, H. K. A "cidade mundial" de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Orgs.). **Fim de Século e Globalização** (O Novo Mapa do Mundo). São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993, p. 318-331.

DEMATTEIS, G. Centralité. In: LÉVY, J.; LUSALT, M. (dir.). **Dictionnaire de la Géographie et de L'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.

FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R. (Org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FERNÁNDEZ-MALDONADO, A. M.; ROMEIN, A.; VERKOREN, O. Polycentric Metropolitan Form: application of a 'Northern' concept in Latin America. **Footprint (Delft Architecture Theory Journal)**, n. 5, p. 127-145, 2009.

GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA (on-line). Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

KLOOSTERMAN, R. C.; MUSTERD, S. The Polycentric Urban Region: towards a research agenda. **Urban Studies**, v. 38, n. 4, p. 623-633, 2001.

LAGO, L. C. A "periferia" metropolitana como lugar de trabalho: de cidade-dormitório à cidade plena. In: LAGO, L. C. (Org.). **Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: economia, sociedade e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2010, p. 175-190.

LEFEBVRE, H. [1974]. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEFEBVRE, H. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

LENCIONI, S. Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Norte Grande**, v. 39, p. 7-20, 2008.

LENCIONI, S. O Processo de Metropolização do Espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: SCHIFFER, S. (Org.) **Globalização e Estrutura Urbana**. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 2004, p. 153-165.

LENCIONI, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana contemporânea. In: LENCIONI, S.; PEREIRA, P. C. X. (Orgs.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: Paim, 2011, p. 51-64.

MAMMARELLA, R.; PESSOA, M; FERREIRA, G. da S.; TARTARUGA, I. G. P. Estrutura Social e Organização do Território: RMPA 1980-2010. In: FEDOZZI, L. e SOARES, P. R. R. (Orgs.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 133-184.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>.

PERULLI, P. **Atlas metropolitano**. El cambio social en las grandes ciudades. Madrid: Alianza Editorial, 1995 (Col. Alianza Universidad).

POCHMANN, M. **Nova classe média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA)**. Lei Complementar nº 434/1999.

ROY, A. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. **Regional Studies**, v. 43, n. 6, p. 819-830, 2009.

SASSEN, S. Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológico". **Eure**, Santiago, v. XXIV, n. 71, marzo 1998, p. 5-25.

SCOTT, A. As cidades da terceira onda. In: SAMPAIO, M.; PACHECO, S. (Orgs.). **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SOARES, P. R. R. A Região Metropolitana de Porto Alegre nos (des) caminhos da metropolização brasileira. In: FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R. (Org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 42-72.

SOARES, P. R. R. Metamorfoses da metrópole contemporânea: considerações sobre Porto Alegre. **Geosp**, São Paulo, v. 4, 2006, p. 129-144.

SOARES, P. R. R.; SCHNEIDER, L. P. Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 39, p. 113-128, 2012.

SOJA, E. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

SOJA, E. Tensiones urbanas: globalización, reestructuración económica y transición postmetropolitana. In: BENACH, N.; ALBET, A. (Orgs.) **Edward W. Soja: la perspectiva postmoderna de un geógrafo radical**. Barcelona: Icaria Editorial, 2010, p. 210-233.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VV. AA. **Metrópolis, territorio y crisis**. Madrid: Asamblea de Madrid/Revista Alfoz, 1985.